

Leituras da Mimese

Alexandrina Angela da Silva Neta

Resumo

Análise da mimese na obra de Platão e Barthes, a partir de *O demônio da teoria*, de Antoine Compagnon, de cujas idéias se discorda parcialmente. Associação da subversão/repressão, supostamente inserida na concepção de mimese desses autores, a um discurso notadamente retórico.

Palavras-chave: Representação. Argumentação. Subversão. Repressão.

Tem-se como ponto de partida, neste trabalho, uma discordância com relação à leitura que Antoine Compagnon faz, em seu livro *O demônio da teoria*, da mimese em Platão e Barthes. Compagnon diz que a mimese em Platão é considerada subversiva e, em Barthes, repressiva e também que para receber qualificativos tão distanciados não se trata da mesma noção, que de Platão a Barthes essa noção foi invertida. O autor propõe, ainda, sair da alternativa entre a literatura falar do mundo ou da própria literatura, ou seja, estabelece o caminho da aporia (COMPAGNON, 1999, p. 98-99).

Quanto a Platão, concorda-se com Antoine Compagnon com relação à mimese ser considerada subversiva, mas discorda-se das colocações que justificam essa consideração. Compagnon diz que Platão é tão normativo que expulsa os poetas da cidade. Quando contextualizada, porém, essa expulsão pode tomar um sentido muito diferente de quando vista isoladamente. Então, talvez não se deva simplesmente pensá-la em si, mas sim considerar os motivos que a condicionam. E o que parece é que havia três grandes grupos — poetas, retores, filósofos — sem limites definidos, mas possuindo (todos eles) o *lógos* como matéria de ofício. Venha daí, talvez, a insistência de Platão em denominar a sua prática de filosofia, estabelecendo esta como superior à poesia e à retórica, ou seja, tornando o seu *lógos* autorizado. A necessidade de legitimar esse *lógos* faz-se ainda maior ante a consciência da fragilidade dele. Se a limitação humana é em muito estabelecida pela astenia do próprio *lógos*, pela sua impossibilidade de dizer o mundo sensível (estabelecer, sem falhas, a relação palavra/coisa), no caso específico de Platão, o *lógos* é, além disso, impossibilitado de alcançar o mundo inteligível e, portanto, a verdade das coisas. Mas, se, por um lado, o *lógos* não permite um acesso completo à idéia, por outro, é no seu espaço que se *vislumbra* a verdade. O que parece é que é ele o mediador de todo um processo de construção em vários níveis de interesse do filósofo, dos quais cumpre trazer à luz pelo menos dois: habilitar para o exercício autorizado do uso da palavra um certo indivíduo que pretendia fazer desta um modo de vida pautado pela moral e busca da virtude, ou seja, *construir o lugar* do filósofo e prover a ordenação de uma cidade cuja

organização assemelhava-se por analogia à alma, também do filósofo. Além disso, o *lógos* é carecente, é certo, mas ao mesmo tempo forte, capaz, inclusive, de potencializar a construção da cidade; e se Platão a formatou a partir de necessidades *reais* do mundo sensível, havia a possibilidade de esse mundo ser construído a partir da "cidade do *lógos*".

Quanto aos poetas, nosso interesse maior, pode-se dizer que Platão era consciente do poder de plasmar que eles tinham e daí a fundação da cidade sobre muitas restrições ao *lógos* destes. Estas restrições dão-se em termos de *lógos* propriamente, não se poderia aceitar a fala dos poetas, e principalmente de Homero, que veiculasse ensinamentos indignos; e também em termos de *léxis*, ou seja, condenava-se a narrativa em discurso direto porque ela possibilitava a irracionalidade da alma. Assim, na cidade "de luxo", era necessário o poeta, mas com restrições estabelecidas pelo filósofo. Se Platão quer delimitar seu próprio lugar, particularizar, quanto aos poetas, a sua teoria propõe a perda da particularidade, daquilo que caracteriza o *lógos* desse grupo, em especial, a mimese e todo o "inchaço" que faz com que a poesia seja poesia.

É preciso lembrar, também, que há, por detrás de tudo, um autor, que é Platão, mas as falas de cada um, ao longo do texto, não podem ser recortadas, sem que se explicita um contexto, e atribuídas ao pensamento platônico. Por outro lado, Sócrates é um personagem platônico e não uma figura histórica; pode ser que haja muito do Sócrates histórico na *República*, mas não pode ser menor a medida da construção platônica, uma vez que é mister ter em mente que entre o Sócrates histórico e o Sócrates da *República* há a mediação do *lógos* com toda a sua impossibilidade de dizer, assim como o próprio olhar platônico. O mesmo raciocínio de tal construção socrática é válido para os demais participantes do diálogo. A diferença é que, se há entre Platão e Sócrates uma certa identidade (de discípulo e mestre, de amantes da filosofia), ao escrever as falas dos demais, Platão está escrevendo o argumento do outro, o que permite pensar, sob um ponto de vista negativo, a possibilidade de esse discurso já ser tendenciosamente enfraquecido (o narrador é nitidamente socrático) e, sob um aspecto positivo, uma postura interrogativa metodológica despida de preconceitos, possibilitando uma interlocução dialética.

Quanto à mimese, sob a luz da análise retórica, é possível pensá-la em uma nova direção. Não mais simplesmente se Platão, de fato, condena ou não a poesia, mas os elementos condicionantes de tal postura. Se não se pode determinar a *realidade* de tais elementos, pode-se, ao menos, pela análise, fazer um levantamento deles: tentativa de delimitação de "um lugar", de um *lógos* autorizado e amor mesmo pela argumentação, pelo diálogo. Aliás, o mesmo amor que permite, ao final da *República*, a continuação do embate no *lógos* e nos possibilita questionar a expulsão. E outra vez depara-se com um aspecto negativo e outro positivo, sendo que o primeiro fica por conta da ausência de conclusão (não há um vencedor do embate) como uma descrença nas possibilidades da linguagem; por outro lado, todas as aberturas da discussão (ao longo dos dez livros e mesmo a abertura final para a resposta da poesia) pressupõem a inesgotabilidade do *lógos* e a perpetuação do embate como uma crença na linguagem, o que não invalida a tentativa de estabelecimento de *lugares* como elemento causal de tal embate. Mesmo essa delimitação, em termos filosóficos, pressupõe uma disputa sem solução de continuidade: o fim desta significaria, talvez, o fim do lugar do filósofo que, segundo o que parece demonstrar esta obra platônica, é sempre o espaço da busca, da inquirição, da continuidade. O lugar do filósofo está sendo construído é na cidade "inchada" e não na "sã", o filósofo foge para o inteligível,

desvia-se pela idéia, mas volta para a caverna e convive é com aqueles que prescindem da "acuidade de visão". Assim, mesmo que o discurso platônico seja muitas vezes autoritário, parece estar sempre a deixar a abertura para o outro. Em Platão, o que aparentemente demonstra uma contradição (a consciência da astenia do *lógos* X a construção do lugar do filósofo pelo *lógos*) parece mesmo é confirmar a abertura para as sucessivas possibilidades de resposta, para a perpetuação do embate/diálogo.

Quanto a Barthes, Compagnon considera a mimese repressiva, mas Barthes é teórico de muitas faces. Então, é preciso também contextualizar para que se possa falar com mais segurança. Em *Aula*, Barthes considera a língua como um lugar repressor, mas apresenta a literatura como a possibilidade de revolução da linguagem e a *máthesis*, a *mímesis* e a *seméiosis* como as três grandes forças da literatura.

Quanto à *máthesis*, é a arte de ensinar e, para Barthes, a literatura possui sempre muitos saberes, mas não funciona como veículo de comunicação porque ela teatraliza a própria linguagem e mesmo o discurso da ciência supõe ter uma linguagem mais direta do que possui. Na verdade, a arte de ensinar estaria ligada à retórica, uma vez que é por esta que a educação se efetiva. Mas a retórica, para Barthes, possui também um significado especial, pois ele denomina retórica aquilo que se conhece como literariedade/literaturidade ou poética. Então, a *máthesis* não é mais aquela de um *corpus* de textos sacralizados.

Já quanto à *mímesis*, a força de representação, para Barthes, se se pretende ter a realidade como referente, chega-se, no máximo, a uma "ilusão referencial", efetivada, principalmente, por meio dos "pormenores" que produzem um "efeito de real", mas, em verdade, aqueles dizem apenas do processo e não da realidade propriamente dita. Então, a literatura não fala do mundo, mas da própria literatura. Além disso, dentre outras coisas, segundo Barthes, o próprio realismo sempre se definiu mais por seu conteúdo (o prosaico, o trivial etc.) que por sua técnica.

Quanto à *seméiosis*, o seu próprio objeto já seria impuro, diferentemente da lingüística, segundo Barthes. Também, para ele, a semiologia foi vitoriosa no que se refere à própria renovação devido ao contato com outras "ciências", "disciplinas" e "exigências". Daí o caráter questionador próprio dessa ciência e a crítica da própria semiologia, renovando-se, possibilitando a festa signica, não se restringindo ao lugar fechado da legislação.

Então, pode-se entender por que a "força da literatura" que nos interessa mais de perto, a *mímesis*, recebeu tratamento novo e é considerada subversiva, diferentemente do que Compagnon determina (sem as devidas contextualizações).

É preciso lembrar que o *representante*, para Compagnon, corresponde à literatura e é fixo: a literatura fala do mundo ou a literatura fala da literatura.

Esquemmatizando:



Considerando a mimese repressiva em Barthes, Compagnon está, então, indiretamente, considerando a própria literatura. Mas, conforme demonstrado, Barthes faz uma distinção entre língua = repressão e literatura = subversão.

O que parece é que a subversividade do discurso em *Aula* torna-se também um exemplo da noção particular de língua e literatura em Barthes. Compagnon diz, no texto "Lequel est le bon?" (<<http://www.fabula.org>>), com muito acerto, que não é possível estabelecer rigidamente essa diferença. Entende-se, porém, que Barthes também não estivesse preocupado em estabelecê-la. As suas definições parecem escapar a noções fechadas. O próprio texto *Aula* não é literatura no sentido de ficção, mas também não é um discurso acadêmico nos moldes tradicionais; e, se não se consegue encaixá-lo em uma designação, é possível, não obstante, sentir sua força provocadora, a capacidade de subversão de sua teia discursiva, o que, talvez, faça dele um texto de língua "ativa" (para usar a própria expressão de Barthes, indicativa do texto subversivo), bem como de uma *pístis* eficiente. A eficiência da *pístis* em *Aula*, no entanto, parece não se dar no sentido de se convencer da validade de uma ideologia ou uma teoria fixas. Uma parte dos leitores de Barthes diz que essa *eficiência* é coerente com o procedimento do autor, se se considera a sutileza de um sujeito que está em constante deslocamento tão logo o que um dia foi subversivo se estabilize. Há quem critique tal postura, alegando ser isso uma escora de crítico que não quer assumir a sua fala. Foge aos objetivos deste trabalho estabelecer juízo de valor a respeito de Roland Barthes e de sua obra. Mas o certo é que ele rompe com aquilo que se conhece por pacto de leitura e mistura os gêneros, desestabilizando um pouco seu leitor.

Pode-se dizer mesmo que muitas das dificuldades da leitura de Barthes advêm das suas constantes *mudanças*. Por exemplo: embora, em *O grão da voz*, ele atribua um caráter reacionário à *máthesis* e à *mímesis*, fazendo com que somente a *seméiosis* assumia um sentido mais libertário, em *Aula* e em outros textos, fica clara a singularidade do uso desses termos; quanto à *máthesis* e à *mímesis*, para Barthes, respectivamente, o texto não funciona como um instrumento e não representa o mundo. Daí, mais uma vez ser inadmissível considerar, com Compagnon, a mimese repressiva em Barthes, sem que pelo menos se especifique de qual mimese se está falando.

De um modo geral, em relação à mimese, pode-se falar em três grandes direções no que concerne à referência, respeitando-se, é claro, diferenças *menores* entre (e dentro de) determinados períodos, bem como as próprias características individuais. *Grosso modo*, pode-se dizer, então, que a arte, em geral, pretendeu voltar-se para o mundo exterior ao indivíduo, para o mundo interior deste ou para a própria arte.

Dos autores em questão, Platão assenta-se nesse primeiro caso, se se pensa, por exemplo, que a literatura, para ele, é cópia; ressaltando-se, embora assim, que sua mimese não corresponde exatamente à *imitatio*, pois o filósofo demonstra consciência da astenia do *lógos*. Já Barthes agrupa-se no último, se se lembra que está o tempo inteiro a negar a referência exterior à própria arte. Compagnon, por sua vez, embora determine que seguirá um caminho entre a referência ao mundo ou à própria literatura (e de certa forma o segue, quando apresenta posições extremadas), parece estar sempre mais próximo ao mundo que à literatura (e não se está dizendo que isso seja ruim), apresentando muitas contraposições, em seu livro *O demônio da teoria*, aos teóricos, principalmente a Barthes, que defendem a irreferencialidade.

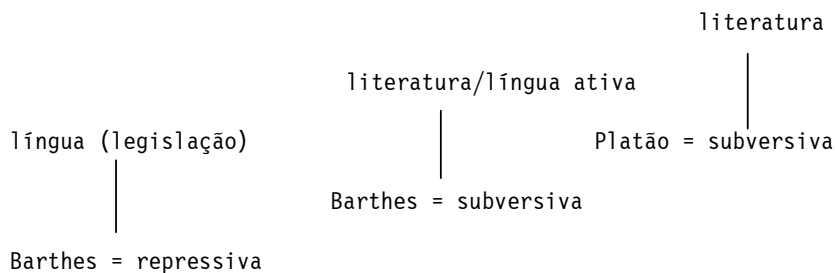
O problema maior, então, no livro de Compagnon, em geral, e na análise de Platão e Barthes, em especial, parece ser mesmo a ausência de contextualização e de distinções necessárias. Compagnon compara a mimese em Platão e Barthes, mas reconhece que para que ela receba qualificativos tão distanciados (subversiva e repressiva, respectivamente), não se trata da mesma noção. Se essa assertiva, no que

diz respeito a não se tratar da mesma noção, é válida, não parece ser a noção diferente em cada um que estabelece os qualificativos diferentes, porque, conforme já visto, a mimese com uma noção muito propriamente barthesiana, muito diferente da concepção platônica, é também subversiva. Aliás, cumpre lembrar que existem várias concepções de mimese não só de um modo geral, mas mesmo em cada um dos autores em questão.

Em Platão, pode-se dizer que há, pelo menos, três espécies de mimese: a literatura falando da natureza (considerando esta como o mundo sensível), condenada por ser de terceira ordem; a literatura falando da literatura, condenada principalmente na figura de Homero, por servir de *arkhé* em dois sentidos: princípio (modelo) e poder (de influenciar outros poetas); a literatura como representação (gênero trágico), condenada por propiciar a irracionalidade. (Parece nunca ser demais lembrar a relatividade dessas condenações.)

Já Barthes, por vezes, quando trata a mimese como repressiva, é à mimese considerada como imitação que se refere (talvez venha daí a leitura de Compagnon), e não à mimese segundo suas próprias definições. A *mimese de Barthes*, subversiva, é aquela que é uma "força" da literatura e fala da literatura.

Compagnon parece, então, desconsiderar sutilezas próprias de Platão e Barthes. Quanto ao primeiro, o que mais salta aos olhos é uma leitura da expulsão dos poetas descontextualizada e radical; quanto ao segundo, uma leitura literal de suas *oscilações*, ao que tudo indica, propositais. Parece ter sido tal leitura que fez com que Compagnon considerasse a mimese repressiva em Barthes (sem maiores explicações) em contraposição à mimese subversiva em Platão, sendo que, com relação ao *representante*, Platão e Barthes parecem tratar daquilo que não se sabe definir exatamente, mas que se reconhece como literatura e, quanto a esta, o que parece é que tanto um quanto outro partilham da mesma opinião: ela é subversiva. O que difere é, talvez, o *lugar* de que se fala. Platão, apesar de ser também um poeta, fala do *lugar* de filósofo e, portanto, tendo em vista a própria definição do *lugar* do filósofo, estabelece a defesa da racionalidade e a subversão não é admitida. Barthes fala do lugar de um teórico (quase escritor) e a subversão é aliada, importante, necessária. O esquema que parece adequar-se a essa nova postura é:



Vale lembrar, ainda, a questão da lei em cada um dos autores. Platão possui uma posição dupla, coloca-se contra a lei vigente (ao elaborar uma nova estrutura para a *pólis*) e ao lado da lei (quer fazer de suas palavras a nova lei); Barthes se coloca ao lado da literatura (fuga da lei). Ambos reconhecem o poder que a literatura carrega: Platão se empenha (ainda que em tese, "por amor da argumentação") para que esse poder não se alastre sem um determinado controle e direcionamento; Barthes parece desejar apaixonadamente que isso aconteça.

Assim, no caso de Platão, se se considera não a expulsão em si, mas as razões que a condicionam, pode-se pensá-la determinada por fatores relacionados a delimitação de lugares e a um trabalho mesmo com o *lógos*, e não a um menor apreço por (ou uma não aceitação dos) poetas; e, então, torna-se possível relacionar a consideração da mimese como repressiva em Platão a uma estratégia substancialmente retórica. Quanto a Barthes, é válido também lembrar que as suas “forças da literatura”, *máthesis*, *mímesis* e *seméiosis*, são possuidoras de um grande poder de subversão e se efetivam pela retórica; além disso, Barthes denomina retórica o que se concebe por poética e o seu próprio deslocamento constante parece ser um recurso também retórico.

As análises de Compagnon parecem, então, prescindir de sutilezas: são feitas afirmações condizentes com opiniões já cristalizadas, sem as devidas ressalvas para o contexto. É claro que parte dessa simplificação é justificada pelo próprio caráter do livro *O demônio da teoria*, que é uma espécie de manual, pois trata de *quase todos* os temas mais caros à teoria da literatura ao longo de *todo* o tempo, incluindo, portanto, *todos* os autores mais significativos. E se, por um lado, o excesso de especialização faz perder a noção da totalidade, o excesso de generalidade desfigura o aprofundamento. Antoine Compagnon parece pecar por esta segunda opção.

Abstract

This paper analyses the mimesis in the works of Platon and Barthes, taking *O demônio da teoria*, by Antoine Compagnon. Besides this analysis, which partly disagrees with Compagnon's ideas, this paper also associates the subversion/repression — supposedly inserted in the two writers' conception of mimesis — with a rethorical discourse.

Key words: Representation. Argumentation. Subversion. Repression.

Referências

BARTHES, Roland. *Leçon*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.

COMPAGNON, Antoine. *Le démon de la théorie: littérature et sens commun*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

COMPAGNON, Antoine. Le quel est le bon? Disponível em: <<http://www.fabula.org>>.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PLATÃO. *La république / Politeia*. Texte établi et traduit par Émile Chambry. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Les Belles Lettres, Tome VI / 1947, Tome VII—première partie / 1949, Tome VII—deuxième partie / 1948.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9.ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.